

Bornhausen: “Lula não tem compromisso com a moralidade”



Deve ser concluída no dia de hoje (10) a apuração dos votos dos congressistas sobre o veto do presidente Lula ao Orçamento de 2010. Com a intervenção do petista, quatro obras da Petrobras - tidas como irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU) - continuarão a receber recursos dos cofres públicos. A votação teve início ontem (9) e foi realizada por meio de cédulas de papel, o que atrasou a divulgação do resultado. A tendência, no entanto, é que a tentativa do presidente Lula, em enfraquecer os órgãos de fiscalização, seja mantida com o apoio da base do governo. Para o líder do Democratas na Câmara, Paulo Bornhausen (SC), o veto é um “retrocesso à democracia”. “O Democratas não está discutindo a importância dessa ou daquela obra. Esse não é o foco sobre o veto, mas o que ele significa, que é a falta de compromisso do

presidente com a moralidade. Os ataques reiterados de Lula aos órgãos de fiscalização, especialmente ao TCU, é que precisam ser discutidos”, ressaltou. Para o líder, o presidente petista passou por cima da autonomia do Tribunal pondo em risco a democracia e a liberdade dos Poderes. “Em vez de desrespeitar a vontade do Congresso Nacional e do Tribunal, o presidente deveria reconhecer a gravidade das irregularidades apontadas e tentar saná-las”. Contrariando a recomendação do órgão, o presidente retirou quatro empreendimentos da Petrobras da lista de obras que não poderiam receber recursos em 2010.

Explicações

O presidente do Democratas, deputado Rodrigo Maia (RJ) apresentou na tarde desta terça-feira (9) Requerimento de Informação (RIC 4689/10) cobrando explicações do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Rocha Santos Padilha, sobre declarações dadas à imprensa em que dizia que governadores e parlamentares intercederam a favor do veto. Padilha declarou à imprensa que “o próprio comitê de obras irregulares da Câmara” intercedeu a favor. O presidente do Partido reage às declarações, uma vez que o democrata Carlos Melles (MG), presidente do Comitê, garantiu não ter feito qualquer pedido para vetar a paralisação das obras. “As informações de Padilha são imprescindíveis para que a situação seja esclarecida e o Congresso possa seguir com seu papel fiscalizador”, finalizou Maia.

STF julga constitucionalidade da contribuição sindical para as centrais

Os integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) voltam a julgar hoje (10) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 4067 que questiona o repasse da contribuição sindical às centrais sindicais. A ação começou a ser votada na Suprema Corte no dia 24 de junho de 2009, mas o julgamento foi interrompido após pedido de vista do ministro Eros Grau. Antes do pedido ser feito por Grau, no entanto, o relator Joaquim Barbosa e os ministros Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski votaram a favor da Adin. Em contrapartida, o ministro Marco Aurélio e a ministra Cármen Lúcia votaram pela improcedência da ação. Para que haja um veredito, ainda faltam votar os ministros Ellen Gracie, Carlos Britto, Eros

Grau, Celso de Mello e o presidente do STF, Gilmar Mendes. O recém-chegado José Antonio Dias Toffoli não poderá votar, uma vez que quando era advogado-geral da União se posicionou contra à ação.

Para o Partido, as centrais sindicais não têm o direito ao repasse de 10% referente à contribuição sindical uma vez que não estão inseridas no sistema confederativo que é constituído pelos sindicatos, federações e confederações. “A contribuição sindical é um tributo cuja arrecadação se destina à manutenção da representação propriamente dita, aí não se incluindo as centrais sindicais, que figuram apenas como associações profissionais”, justifica trecho da ação.



Sciarra: “É preciso vontade política para enfrentar o tráfico”

Os traficantes de drogas e armas e os contrabandistas esperam o dia 25 de fevereiro para retomar a sua rotina criminosa pelas águas e terras do Paraná. Um dia antes, 24 de fevereiro, termina o prazo de permanência da Força Nacional, destacada por meio do Plano Nacional de Atuação nas Áreas de Fronteira para auxiliar a Polícia Federal na fiscalização da divisa entre Brasil e Paraguai. Uma ação semelhante a esta nas áreas de fronteira poderia estar em atividade há muito mais tempo e de forma mais continuada, se houvesse vontade política do governo federal. Esta é a avaliação do deputado Eduardo Sciarra (Democratas-PR) frente ao uso da Força Nacional no patrulhamento das fronteiras brasileiras em 11 estados, incluindo o Paraná. “É sabido que as fronteiras são a grande porta de entrada de armas e drogas no país. Se houvesse um controle efetivo poderíamos vencer a batalha contra a criminalidade”, considerou Sciarra.

Efraim Filho: “Redução do FPM gera o caos para os pequenos”

A situação dos cofres públicos das pequenas cidades, que dependem dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), se até o final de 2009 era trôpega, passou a ser caótica. Levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CMN) revela que o valor dos repasses no último mês de janeiro foi 14,09% menor do que o mesmo período do ano passado. “Temos um impacto desastroso uma vez que o FPM é a principal fonte de renda dos pequenos municípios em especial aqueles da Região Nordeste que não dispõem de outra fonte de renda”, ressaltou o vice-líder do Democratas, Efraim Filho (PB). “Neste ano as despesas só vão aumentar uma vez que tivemos um aumento do salário mínimo, além de ter sido instituído o piso nacional do magistrado. Como é que vai se exigir que os municípios consigam administrar as suas cidades?”, indignou-se.

Major Fábio: “Vamos parar o Congresso pela aprovação da PEC 300”

O deputado Major Fábio (Democratas-PB) disse à Agência Liderança, que se for preciso, vai parar o Congresso Nacional pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 300/08, que cria um piso salarial nacional para os policiais militares e bombeiros militares. Aproximadamente cinco mil policiais militares e bombeiros de todo o Brasil estão na capital federal pressionando pela votação. Conforme o Major, o primeiro-secretário Inocêncio de Oliveira garantiu que a PEC seria colocada em votação nesta semana. “Vamos parar o Congresso até essa situação ser resolvida. O país precisa urgente de segurança e o governo não pode continuar fugindo dessa responsabilidade”, concluiu.

Expediente:

Líder: Paulo Bornhausen (SC)

Assessoria de Comunicação: Deysi Cioccarì, Eduardo Balduino, Erich Decat e Roberto Tenório

Telefones: (61)3215-9272/ 59261

E-mail: imprensa.dem@camara.gov.br

End.: Câmara dos Deputados, Ed. Principal, 1º piso, Sala 16, CEP: 70160-900

NOTAS
Dem

Do alto da tribuna:

ACM Neto (BA) “Infelizmente, o problema do aumento da violência, que até o ano passado predominava e preponderava na capital da Bahia, se alastrou e domina hoje praticamente todo o estado. E isso vem ocorrendo sob os olhares complacentes e coniventes do governo baiano, que não adota as providências necessárias para reagir, para combater o crime e para dar o tratamento que os bandidos merecem ter”.

Solange Amaral (RJ) “O América Futebol Clube, uma tradição do Rio de Janeiro e do Brasil há mais de 100 anos, corre o risco de ter a sua sede penhorada. Nós queremos fazer um apelo ao prefeito, para que realize um tombamento, à diretoria e principalmente aos sócios proprietários do América, que estão lutando contra uma penhora e um leilão muito questionáveis”.

Fábio Souto (BA) “Deve-se valorizar a solidariedade e cooperação mundial diante dos graves problemas que o Haiti e seu povo enfrentam no momento. Muitas pessoas estão morrendo por falta de atendimento e medicação. Faltam também alimentos e água. Com o país devastado pelo terremoto, agrava-se a situação, inclusive, por conta da enorme quantidade de corpos insepultos”.